

ITAPORÃ E O GRUPO ESCOLAR ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO (1953-1974)

Claudiani RODELINI*

RESUMO: O presente artigo comunica os resultados da investigação acerca do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro de Itaporã. A ideia é discutir as condições políticas e sociais decisivas na implantação do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, suas formas de funcionamento, bem como suas práticas cotidianas e dos distintos agentes sociais da comunidade. A delimitação do período se estabelece entre os anos de 1953 a 1974 e justifica-se pela criação do município de Itaporã, por meio da Lei Municipal 659, de 10 de dezembro de 1953. O ano de 1974 refere-se à data em que o Grupo Escolar definitivamente elevou-se a escola de 1º Grau - passando a denominar-se Escola Antônio João Ribeiro. Buscamos dados nos núcleos de documentação (CDR/MS e NDHIR/MT), onde estão reunidos os documentos oficiais, jornais da época e relatórios oriundos da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso. Recorremos também aos materiais reunidos no arquivo da escola e nos acervos privados fornecidos por alguns moradores da cidade de Itaporã-MS. Também foram incorporados ao trabalho depoimentos orais fornecidos por sujeitos que vivenciaram o cotidiano do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro no período escolhido para o estudo. Percebemos que em Mato Grosso havia uma preocupação, por parte dos governantes, de se criar novas escolas e instruir a população, sendo o Grupo Escolar meio difusor dos ideais que levaram à busca pela modernidade e progresso.

107

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Cultura Escolar. Grupo Escolar Antônio João Ribeiro.

ITAPORÃ AND THE ANTONIO JOÃO RIBEIRO SCHOOL GROUP (1953-1974)

ABSTRACT: This article reports the results of the research on the Antônio João Ribeiro de Itaporã School Group. The idea is to discuss the decisive political and social conditions in the implementation of the Antônio João Ribeiro School Group, its ways of functioning, as well as its daily practices and the different social agents of the community. The delimitation of the period is established between the years 1953 to 1974 and is justified by the creation of the municipality of Itaporã, through Municipal Law 659, of December 10, 1953. The year of 1974 refers to the date on which the Grupo Escolar definitively elevated itself to the 1st grade school - being renamed Escola Antônio João Ribeiro. We look for data in the documentation centers (CDR / MS and NDHIR / MT), where the official documents, periodicals of the time and reports from the General Direction of the Public Instruction of Mato Grosso are gathered. We also used the materials collected in the school archive and in the private collections provided by some residents of the city of Itaporã-MS. Also included in the work were oral testimonials provided by subjects who lived the daily life of the School Group Antônio João Ribeiro in the period chosen for the study. We noticed that in Mato Grosso there was a concern, on the part of the rulers, to create new schools and educate the population, and the School Group diffused the ideals that led to the search for modernity and progress.

KEYWORDS: History of Education. Itaporã. Antônio João Ribeiro School Group.

*Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), atuando na linha de pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade. Membro do *Grupo de Estudos e Pesquisa sobre História da Educação, Memória e Sociedade* (GEPHEMS). Professora de História/SED-MS. E-mail: claudiani_rodeline@hotmail.com

Introdução

O presente artigo deriva da Dissertação de Mestrado intitulada: *Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã-MT* - uma contribuição para a História da Instituições Educativas (1953-1974) - na qual buscamos investigar a história dessa instituição escolar, focalizando sua gênese e funcionamento no Sul de Mato Grosso, e responder à questão-problema central: Como se deu a criação do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e qual sua importância para o município de Itaporã no período de 1953 a 1974?

A questão-problema é ampla e por isso foi dividida em temas mais pontuais, dentre os quais destacamos: De que maneira o Grupo se inseriu em uma cidade que já possuía uma escola reunida para o ensino primário? Como o Grupo Escolar se relacionava socialmente com a comunidade local? As vagas oferecidas eram suficientes? Quais foram os primeiros professores, e como eram suas atuações didático-pedagógicas? Elaborou-se a hipótese de que essa escola foi relevante para grande parte da sociedade itaporanense, sendo meio difusor dos ideais que levaram à busca pela modernidade e progresso.

A investigação parte do contexto geral do país para o objetivo particular, o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. Instituição singular, mas que transmitiu e construiu saberes e fazeres pelos atores sociais que ali conviveram.

Os resultados qualitativos da pesquisa de fontes primárias foram submetidos às análises explicativas, ancoradas em referenciais teórico-metodológicos que comportam as descrições do particular, relacionando-o com o contexto geral. O aporte teórico que fundamentou a dissertação tem como base a Nova História Cultural. Recorremos aos conceitos de representação, de Roger Chartier (2002); cultura escolar, de Dominique Julia (2001); e cultura material, de Rosa Fátima de Souza (2007).

A metodologia baseia-se na perspectiva da Nova História Cultural, “buscando identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi adotado um conjunto de procedimentos metodológicos que envolvem o levantamento e pesquisa bibliográfica e documental, análise documental e análise fotográfica. Em relação à pesquisa bibliográfica, fez-se necessário recorrer a livros, dissertações, teses e artigos científicos em materiais impressos e eletrônicos. A pesquisa de análise documental, por sua vez, baseou-se predominantemente em consultas de fontes em acervos do Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); no arquivo da Escola Estadual Antônio João Ribeiro, em Itaporã-MS; no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); nos arquivos pessoais de

ex-alunos e ex-professores, aqui recorreremos não somente aos documentos materiais, utilizamos também fontes orais, bem como matérias do “Jornal O Progresso”. As fontes iconográficas também tiveram uma importância determinante nesta pesquisa. Desse modo, o acervo fotográfico do *Studio Santana* foi de grande valia para esta pesquisa.

Diante das especificidades e riscos que envolvem a utilização das imagens como fonte de pesquisa em história da educação, buscamos suporte nos referenciais de Burke (2004), que afirma que as imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica. O autor utiliza uma frase de Lewis Hine “as fotografias não mentem, mas mentirosos podem fotografar” (BURK, 2004, p. 17). Com isso, Burke expressa sua preocupação com a análise fotográfica, pois para

1 Itaporã: uma cidade rural

Patrimônio Novo, São José da Boa Esperança e Panambi era como estava denominada a cidade de Itaporã, antes de se tornar município. Seu processo de povoação iniciou na década de 1940 por meio da ocupação de lotes realizadas por migrantes. E, paulatinamente, o quantitativo de famílias habitantes daquele espaço foi crescendo a ponto dessas organizarem o pedido de emancipação política, uma vez que a colônia estava vinculada ao município de Dourados.

ele o historiador deve estar atento às interferências dos fotógrafos, já que, muitas vezes, estes podem manipular os objetos e alterar muitos dados.

Portanto, esta pesquisa de caráter qualitativo tem como objetivo central discutir as condições políticas e sociais decisivas na implantação do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, suas formas de funcionamento, bem como suas práticas cotidianas e dos distintos agentes sociais da comunidade. A delimitação do período se estabelece entre os anos de 1953 a 1974 e justifica-se pela criação do município de Itaporã, por meio da Lei Municipal 659, de 10 de dezembro de 1953. O ano de 1974 refere-se à data em que o Grupo Escolar definitivamente elevou-se a escola de 1º Grau - passando a denominar-se Escola Antônio João Ribeiro.

Sua emancipação política teve início em 1953, quando houve uma grande reunião convocada pelos moradores mais antigos do Patrimônio Novo com o objetivo de formar uma comissão e coletar assinaturas a fim de solicitar ao governador do estado a criação do município de Itaporã “haja vista a grande população, até então, aqui residente, e o desenvolvimento alcançado em suas atividades agrícolas e extrativas” (CORDEIRO, 2010, p. 41). A comissão foi composta por Durval Gomes da Silva, Pedro Rodrigues, Luiz Alves Filho, Atilano Apolinário de Alencar, Waldomiro

Ferreira dos Reis, Joaquim Custódio de Lima, Totonho, Aurenô Arnaldo Cordeiro, Messias Cordeiro da Silva e outros.

Segundo Cordeiro (2010), no mesmo ano, os deputados Camilo Ermelindo da Silva e Francisco Leal de Queiroz apresentaram um projeto de lei para elevar a Colônia Municipal a Município de Itaporã, devido ao grande progresso alcançado. Em 13 de dezembro de 1953, o jornal publicou o artigo *Ilegal: a criação do município de Panambi*, contra a criação do novo município:

Estamos informados que numerosos moradores da Colônia Municipal, estão formulando um abaixo assinado dirigido ao Governo do Estado, demonstrando a ilegalidade e inoportunidade da criação do Município de Panambi, eis que não foi consultada a Prefeitura Municipal, como exige a lei e nem sequer aquela localidade não sendo Distrito, podia ser elevado a município. Por outro lado, julgam má a medida e eis que o município de Panambi, caso venha a ser confirmada sua criação, será fatalmente um município pobre, sem recursos para a sua própria manutenção (O PROGRESSO, 13/12/1953, n. 137, p. 1).

A criação do município de Itaporã deu-se através da lei nº 65 de 28 de dezembro de 1953¹, porém foi grande a polêmica sobre esse ato, resultando em várias publicações no jornal douradense e ações legais para reverter a referida lei. De acordo com Cordeiro (2010), os vereadores de Dourados aprovaram e deram uma procuração ao Dr. Weimar Gonçalves Torres, vereador, advogado e dono do jornal *O Progresso*², no início do ano de 1954 para representá-los e entrar com uma ação pedindo a

inconstitucionalidade da lei, que criava o município de Itaporã, que foi protocolada no fórum da comarca de Dourados.

Para representar o município de Itaporã na ação judicial, a causa foi entregue aos deputados Dr. Camilo Ermelindo da Silva e Dr. Francisco Leal de Queiroz, salientando a prática do mandonismo na política local, estabelecido e exercido por estruturas personalizadas oriundas da elite estadual. A interferência dessa elite envolvia a região da Grande Dourados, estendendo-se ao distrito de São José da Boa Esperança.

Na edição de 3 de janeiro de 1954, o jornal em questão publicou com o título *Intervenção federal para restaurar a autonomia municipal violada pela criação do Município de Itaporã* o pedido de intervenção federal para revogar a criação do município de Itaporã alegando a sua inconstitucionalidade. Vários artigos foram escritos contestando a situação: *Unanimidade*, em 27/12/1953; *Para restaurar a autonomia municipal violada pela criação do município de Itaporã*, em 3/1/1954; *Município da discórdia*, 10/1/1954; *Inconstitucional a criação de municípios sem a audiência das Câmaras*, 17/1/1954; *Vitória a vista*, 17/1/1954; *Ninguém perde por esperar*, de 24/1/1954; no mesmo exemplar, *O Mandado de segurança está prestes a ser julgado*; *Eis as notícias*, 31/1/1954; entre outros.

Tal movimento, segundo Cordeiro (2010), aconteceu devido à perda da área territorial, dos

impostos e das produções advindas da terra. Mesmo com tantas contestações, os representantes de Itaporã não ficaram passivos. Quando a ação chegou à capital do país (Rio de Janeiro), veio a intervenção do Senador João Vilasboas que apoiou a iniciativa de Camilo Ermelindo da Silva e Francisco Leal de Queiroz, contrariando a interpretação de Weimar Gonçalves Torres (CORDEIRO, 2010).

A Colônia Municipal foi elevada à categoria de Município pela lei 659, de 10 de dezembro de 1953, ratificada pela Lei Nº 370 de 31 de Julho de 1954, integrada à comarca de Dourados, sendo nomeado Senhor Durval Gomes da Silva para Administrar o Município até a primeira eleição, que aconteceu em 1954. Itaporã, nome atribuído ao novo município, conforme estabelecido pela Lei 379/54, corresponde a um termo de origem tupi, cujo significado se dá pela junção dos termos *itá* (pedra) e *porang* (bonito). Assim, o novo nome atribuído ao município recém instituído significa pedra bonita.

Na década de 1950, o município possuía uma população consideravelmente grande. O intenso movimento migratório, oriundo do sudeste (região de São Paulo), do nordeste brasileiro e de outros recantos do país redundaram em um significativo aumento demográfico. Esses migrantes, em busca de oportunidades, de terras férteis e

baratas dedicaram-se, sobretudo ao cultivo do café, motivados pela riqueza e exuberância já alcançada nos estados de São Paulo e Paraná.

Após a década de 1950 começaram a chegar a Itaporã gaúchos, catarinenses e paranaenses que junto trouxeram a mecanização da agricultura, intensificando o plantio da soja e do trigo. A cidade se caracterizou pela formação de pequenas propriedades rurais que contribuíram para o seu desenvolvimento e composição de sua história. Muitos japoneses advindos dos estados de São Paulo e Paraná também migraram para Itaporã, foram eles: “Kodama, Ishii, Miyague, Mise, Suzuki, Muraoka, Okano, Massaro, Haguio, Kushida, Ueda, Imai, Miyazaki, Minoro, Kussaba, Konno, Yamada, Ogiwara, Misokane, Nishimura, Teruya, Yamanaga, Fuji” (CORDEIRO, 2010, p. 110), além de tantas famílias que também fizeram parte do crescimento e da vida itaporanense.

O município de Itaporã está situado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no Sudoeste de Mato Grosso do Sul (Microrregião de Dourados). Localiza-se a uma latitude 22°04'44" sul e a uma longitude 54°47'22" oeste.

2 A escola e sua cultura escolar: o cenário educacional Itaporanense

A escolarização da infância em Itaporã teve início nos anos de 1945, ainda quando o município pertencia a Dourados, tendo a Sr^a Olímpia Moura como primeira professora a ministrar aulas na Colônia, atendendo principalmente os filhos dos vizinhos em sua própria residência. Ainda neste período, as mulheres que tinham interesse em ministrar aulas se dirigiam até a prefeitura de Dourados e pediam nomeação. Elas começavam a dar aulas em sua própria residência, como foi o caso de Maria Cordeiro, Olímpia Moura e muitas outras mulheres. Nomeadas, as professoras passaram a receber da prefeitura de Dourados uma contribuição simbólica (CORDEIRO, 2010).

Com crescimento do número de crianças em busca de escolarização, a prefeitura providenciou um local, a ser utilizado para atividades pedagógicas. Conforme depoimento de Aurena Cordeiro Claro (23/7/2014), o prédio era uma espécie de barracão e se localizava na atual Avenida São José, perto da igreja São José. Segundo a ex-aluna das Escolas Reunidas, no ano de 1953, a referida escola dividia o prédio com a prefeitura, sendo que dois cômodos eram reservados para a escola e os outros dois destinavam-se às dependências da prefeitura. Na casa aos fundos morava a professora. É possível verificar na imagem a seguir que os alunos possuíam uniformes e realizavam suas práticas cívicas em frente à escola.

Figura 1 - Escola de madeira ao lado da igreja



Fonte: Cordeiro (2010, p. 58).

De acordo com o depoimento Aurena Claro, posteriormente, essa escola foi transferida para novo local, localizado ao lado do antigo cemitério, já com nome de Escola Reunida de Itaporã. O novo prédio

tinha duas salas de aula e varanda e no fundo uma *casinha* para as necessidades fisiológicas. Não temos informação se o antigo e o novo prédio eram alugados ou

pertenciam à prefeitura de Dourados.

A documentação aponta que em 1954, primeiro ano após sua emancipação, Itaporã tinha sete escolas isoladas mantidas pelo estado, uma escola reunida administrada pela municipalidade e, posteriormente, essa Escola Reunida de Itaporã foi elevada à categoria de Grupo Escolar (GE), já com o nome de GE Antônio João Ribeiro. Nelas atuaram 12 professores, sendo todos leigos, isto é, não normalistas. O número de alunos matriculados era de 617, mas somente 380 eram frequentes (MENSAGEM, 1955). Esses dados nos levam a questionar se a não frequência dos alunos devia-se ao seu trabalho no cultivo, já que as escolas estavam localizadas na zona rural.

O relato do Sr. Cordeiro esclarece como as escolas isoladas foram sendo criadas:

[...] localizamos as regiões mais densamente povoadas. A proposta consistia de que um sítio local

dispusesse de uma área mínima de cinquenta por cinquenta metros, para começarmos a construir escolas de madeira, cobertas de telhas francesas. Alvenaria nem pensar, pelo custo e dificuldade de material e mão de obra. Já a madeira praticamente era quase de graça, pois já iniciava o processo de exploração e transformação da mesma, e havia abundância na época, inclusive para fazer algumas mesas para o professor, carteiras para os alunos e alguns armários improvisados para guardar material escolar: Giz, livros e cadernos, etc. (CORDEIRO, 2010, p. 83).

Desse modo, as unidades escolares foram se expandindo sendo que, em 1958, havia ao todo 27 unidades escolares em Itaporã (MENSAGEM, 1959). Elas iam sendo assumidas pelos alunos que haviam alcançado o nível quatro³,

Em conformidade com os quadros 1 e 2, podemos evidenciar que a maioria das escolas de Itaporã, no ano 1973, estava localizada na zona rural, o que nos leva à conclusão de que a maioria dos habitantes da cidade, no ano de 1973, era de moradores da zona rural.

Quadro 1 - Relação das Escolas existentes na zona urbana de Itaporã no ano de 1973

Escola	Localização	Entidade
Grupo Escolar Antônio João Ribeiro	Rua Paraná, s/n	Estado
Escola Reunida de Itaporã	Rua 21 de abril, s/n	Estado
Escola Reunida Vila Montesi	Vila Montesi	Estado
Escola Evangélica	Sede	Estado
Patronato de Menores	Sede	Particular
Escola Rural Mista Guariroba	Rua Minas Gerais, 320	Estado

Fonte: Documentos do CDR- Centro Regional de documentação/UFGD.

De acordo com o quadro 1, no ano de 1973, na zona urbana de Itaporã, havia 6 escolas, sendo 5 pertencentes ao estado e 1 delas particular. Já conforme o quadro

02, no ano de 1973, havia um total de 25 escolas na zona rural de Itaporã, sendo uma escola particular, 3 municipais e 21 estaduais.

Quadro 2 - Relação das Escolas existentes na zona rural de Itaporã no ano de 1973

Escola	Localização	Entidade
Escola Rural Mista São Francisco	Bairro São Francisco	Particular
Escola Rural Mista Princesa Isabel	Colônia Santa Terezinha	Municipal
Escola Rural Mista Bela Vista	Fazenda Bela Vista	Municipal
Escola Rural Mista Bandeirantes	Bandeirante	Estado
Escola Rural Mista Hermes Alcântara	Córrego Seco	Municipal
Escola Rural Mista Arasselva	Arasselva	Estado
Escola Rural Mista Sardinha	Sardinha	Estado
Escola Rural Mista Pontal do Itaquiri	Itaquiri	Estado
Escola Rural Mista Carumbé	Carumbé	Estado
Escola Rural Mista Canhadão	Canhadão	Estado
Escola Rural Mista Cabeceira Panambi	Cabeceira do Panambi	Estado
Escola Rural Mista Alto Sardinha	Alto Sardinha	Estado
Escola Rural Mista Bairro Alegre	Bairro Alegre	Estado
Escola Rural Mista 10 de Dezembro	Carumbezinho	Estado
Escola Rural Mista Lote 99	Panambi	Estado
Escola Rural Mista Córrego Anacleto	Córrego Anacleto	Estado
Escola Rural Mista São Vicente C. Leite	Pirapora	Estado
Escola Rural Mista Baixo Itaquiri	Baixo Itaquiri	Estado
Escola Rural Mista Tatuí	Tatuí	Estado
Escola Rural Mista Marechal Castelo Branco	Luziânia	Estado
Escola Rural Mista Itaquiri	Itaquiri	Estado
Escola Rural Mista Caiana	Caiana	Estado
Escola Rural Mista Panambi	Linha Panambi	Estado
Escola Rural Mista Augusto	Malária	Estado
Escola Rural Mista Pirapora	Bairro São Francisco	Estado

Fonte: Documentos do CDR-Centro Regional de documentação/UFGD.

2.1 Cultura Escolar do GE

De acordo com as Crônicas da Escola Santo Antônio (1958-2002), quando as irmãs chegaram à cidade de Itaporã, em 1958, havia duas escolas na região, uma delas era rural mista e estava localizada do lado do cemitério; e a outra era o GE Antônio João Ribeiro. Como o número de alunos do GE era baixo, contando apenas com 70 alunos, as irmãs encabeçaram um mutirão junto à comunidade para que as crianças fossem matriculadas. No ano seguinte, o número de aluno de alunos matriculados no GE cresceu de 70 para 300, espelhando o crescimento populacional da cidade.

A procura foi crescendo a ponto de, em 1968, as 4 salas de

aula não atenderem mais a demanda de crianças e adolescentes em idade escolar. Desse modo, as irmãs, a comunidade e os políticos pleitearam junto ao governo do estado a construção de mais duas salas de aula, com destaque para a participação do deputado Weimar Gonçalves Torres. Assim, o pedido foi atendido e as salas de aula construídas, conforme será possível observar mais adiante, o que possibilitou o atendimento de 35 ou mais crianças matriculadas em cada sala de aula.

Na década de 1950, as professoras eram nomeadas através de indicação política do prefeito de Itaporã, fato que

causava sério problema administrativo no GE Antônio João Ribeiro, pois, a cada nova eleição, o grupo político vencedor exonerava as professoras vinculadas ao partido adversário e eram nomeadas outras pelo partido vencedor. Inúmeras porfias ocorriam entre a direção do GE e a prefeitura, causadas por questões ligadas à contratação de algumas professoras sem formação.

No Sul de Mato Grosso, a busca pela necessidade de acelerar a educação se deparou com a falta de professor habilitado, tanto no campo como na cidade. Isso fez com que houvesse o apelo a professores não habilitados para ensinar a ler, escrever, contar, transmitir algumas regras para o bom convívio e, sobretudo, noções de higiene.

De acordo com informações contidas no Livro de Registro do GE Antônio João Ribeiro (1955-1966), em 1967 chegou ao grupo a primeira professora normalista, Conceição Nonato. Como preconizava o Regulamento de 1927, que no seu artigo 39 diz:

Serão admitidas no magistério interino, preferencialmente na ordem da enumeração, as pessoas maiores de 16 anos, para o sexo feminino e 20 para o masculino, sem moléstia ou defeito que o impossibilite para o exercício do magistério, que tiverem: a) o curso do Liceu Cuiabano; b) parte do curso normal; c) o curso complementar; d) parte do curso do Liceu Cuiabano e, em falta destes, qualquer pessoa idônea, ou seja uma pessoa que demonstra capacidade e aptidão para ocupar o cargo de professora.

As professoras recebiam salário do estado de Mato Grosso (uno), pela Exatoria, repartição que

pagava as servidoras conforme o grau de instrução. A maioria das professoras tinha o 4º ano primário completo. Posteriormente, começaram a chegar professoras com 2º ano ginásial ou *Normal Regional*¹⁴.

O GE Antônio João Ribeiro foi a primeira escola de Itaporã construída exclusivamente para ser *escola de verdade*; com localização privilegiada, no centro da cidade, com fácil acesso; representava os interesses de uma sociedade pautada nos ideais de cidadania, civismo, higienização e progresso.

Era de tradição o culto às datas cívicas na cidade de Itaporã, que se faziam por meio de desfiles e outras festividades. Além de recordarem fatos heroicos da história brasileira, esses eventos serviam para representar o civismo e o amor à pátria. Souza (1998) lembra que, ao transformar as datas cívicas em atividades escolares, o Estado fazia do espaço escolar um instrumento de lembrança e de memória histórica, no sentido de legitimar o novo regime.

No centro da cidade de Itaporã, na Avenida São José, uma das mais importantes da cidade, nas ruas ainda de chão batido, ocorriam os famosos desfiles escolares, dos quais o GE Antônio João Ribeiro participava intensamente.

O referencial de Eric Hobsbawm (1997) nos ajuda a observar estas práticas e rituais simbólicos como conjunto da tradição inventada a partir da escola primária republicana. Isto não apenas com o objetivo de

regular comportamentos apresentados diariamente por professores e alunos no interior das instituições escolares, mas também como impingir valores e normas sociais, sobretudo educacionais.

Os alunos do GE Antônio João Ribeiro participavam de tais festividades, devidamente uniformizados, organizados em filas e, na foto, à frente dos alunos estão as freiras que dirigiam o GE

durante a década de 1960. Alguns alunos seguram as Bandeiras. A festividade apresentada nessa figura é uma cerimônia alusiva ao dia da Independência do Brasil. Assim, podemos observar a participação dos alunos do GE em atividade cívica, e constatar que a escola estava além das tarefas de ensinar leitura, escrita e cálculo. A escola também visava à propagação de valores morais e cívicos.

Figura 2 - Alunos do GE Antônio João Ribeiro hasteando a Bandeira no desfile de 7 de setembro de 1960



Fonte: Acervo particular da irmã Sérgia Wolfart, 2014.

Estiveram à frente das atividades administrativas do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro as seguintes agentes eclesiais: 1957 a 1958 – Irmã Paulina; 1959 a 1961 – Irmã Maria Helenita; 1962 a 1964 – Irmã Sérgia Worfart; 1965 a 1969 – Irmã Maria Auxiliadora Stein; 1970 – Irmã Sérgia Worfart; 1971 a 1972 – Irmã Gladis.

No ano de 1973, assumiu a direção do GE o professor Matheus Favaretto Cortes, que permaneceu na direção até o ano de 1980. Em 7 de junho de 1974, o GE Antônio João Ribeiro foi elevado ao nível de 1º grau, hoje, Ensino Fundamental pelo Decreto nº 2028/74, passando a ser denominada de Escola Estadual de 1º grau Antônio João Ribeiro.

Quadro 3 - Número de crianças matriculadas no GE Escola Antônio João Ribeiro em 1973

Série	Quantidade de alunos da Área Rural	Quantidade de alunos da Área Urbana
0	0	05
1	16	43
2	3	8
3	10	46
4	0	10

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Antonio João Ribeiro – Itaporã-MS.

Como podemos observar no quadro 3, as salas de aula do ensino primário continham entre 10 e 59 alunos e a maioria desses alunos residia na área urbana da cidade.

Por meio de pesquisas realizadas com ex-alunos do GE, podemos constatar que a série 0 se referia ao Jardim da Infância Paroquial, que era organizado e mantido pelas freiras franciscanas e funcionava no salão de catequese da Igreja São José. Mas, por não terem documentação, os diplomas das crianças do Jardim da Infância Paroquial eram validados com o nome do GE Antônio João Ribeiro.

Conforme o quadro 4, a maioria dos pais dos alunos era de trabalhadores em sítios e fazendas, agricultores, tratoristas e lavradores, o que nos leva a entender que a agricultura e a pecuária era a economia predominante na cidade de Itaporã-MS nos anos de 1973. Neste sentido, em sua grande maioria, as crianças matriculadas nesta instituição eram provenientes da cidade de Itaporã, bem como de sítios e fazendas vizinhas.

Quadro 4 - Profissão dos pais dos alunos da Escola Antônio João Ribeiro no ano de 1973

Natureza	Local / Profissão	Quantidade
Serviços Especializados	Escritório Central	1
	Carpintaria	1
	Borracharia	1
	Oficina	1
	Motorista de Táxi	1
	Barbearia	1
	Pedreiro	1
	Serrador	1
	Lavadeira	3
	Doméstica	4
	Serraria	8
	Motorista	8
Serviços Públicos	Delegacia de Polícia	1
	Prefeitura	1
	Posto de Saúde	1
	Funcionário Público	1
	Bancário	1
	Escriturário	2
	Hospital	2
Agricultura	Fazenda Minuário	1
	Tratorista	1
	Agricultura	1
	Fazenda Palmeiras	1

	Fazenda São Tomé	3
	Chácara	5
	Sítio	6
	Fazenda	6
	Lavrador	43
	Lavoura	33
Comércio	Posto Esso	1
	Máquina São Paulo	1
	Farmácia	1
	Casa Ponto Certo – Dourados	1
	Mercearia	2
	Nosde	2
	Casa Leite	2
	Auto Posto Itaporã	2
	Panificadora São José	2
	Comércio	5
	Ambulante	13

Fonte: Acervo da EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Observando os dados do quadro 4, percebemos que o número de pais que tinham a Agricultura declarada como profissão era de aproximadamente 58% do total de pais de alunos do GE, o que evidencia a característica predominantemente rural das atividades desempenhadas no município.

De acordo com o Quadro 5, podemos perceber o resultado final do ano letivo no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro no ano de 1973. Os dados nos revelam que havia um grande número de alunos reprovados no GE naquele ano.

Quadro 5 - Resultado final do ano escolar dos alunos da Escola Antônio João Ribeiro no ano de 1973

Série	Aprovado	Reprovado	Dependência
0	0	05	
1	18	33	5
2	8	03	
3	53	02	
4	05	05	

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Antônio João Ribeiro – Itaporã-MS.

Há algumas hipóteses levantadas para justificar as dificuldades de aproveitamento dos alunos do GE, tais como o próprio processo de exame, os altos índices de repetências que pesavam sobre os alunos, a permanência de anos

em uma única sala e série, gerando, muitas vezes, desmotivação e evasão escolar.

Havia também a questão da cultura local, que se baseava na ideia de que o saber ler e escrever eram suficientes para o trabalho no

campo. Assim, muitos pais não valorizavam a continuidade da escolarização de seus filhos. Somase a isso a questão da representação de que a escola - com seus hábitos, horários, hierarquia, sanções, exames e regras rigorosas - não era atraente para as crianças. Destaca-se também a falta de mão de obra nas lavouras da região. Assim, os pais não enviavam seus filhos à escola, uma vez que também participavam dos serviços no campo. Outra possibilidade também é a de que muitos pais não se sentiam confiantes de mandar seus filhos para a escola por serem pequenos e não conseguirem caminhar longas distâncias para chegar até as instalações dos GEs.

Desse modo, a educação rural em Itaporã, na década de 1950, se constituiu num contexto onde as famílias priorizavam a participação dos filhos nas lavouras e compreendiam a continuidade escolar como sendo um fato desnecessário ao homem do campo.

Como salientava a Reforma a partir do ano de 1972, os anos letivos, independentemente do ano civil, teriam, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, excluído o tempo reservado às provas finais, caso a reforma fosse adotada. Na zona rural, a entidade mantenedora deveria organizar os prédios letivos com prescrições de férias nas épocas de plantio e colheita de safras, conforme plano que seria aprovado pela administração do Sistema Estadual de Ensino.

[...]. Art. 13.º - Os estabelecimentos de ensino de 1.º Grau funcionarão entre os períodos letivos regulares, para além de

outras atividades, proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente, bem como, desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores, e realizar cursos especiais de natureza supletiva.

[...]. Art. 15.º - Os atuais estabelecimentos que mantenham somente o ensino primário ou o ensino ginásial poderão continuar apenas as séries que lhe correspondem, redefinidas quanto à ordenação e composição curricular, desde que se vão constituindo entidades integradas do 1.º Grau (MATO GROSSO, 1972).

Contudo, a autorização da 1ª a 4ª série só aconteceu com o decreto N° 48/76 e assim foi implantado gradativamente o Ensino de 1º grau de 5ª a 8ª séries, com autorização de funcionamento pela Deliberação do Conselho Estadual de Educação e pelo Decreto N° 754, 28 de agosto de 1984. O reconhecimento de 1ª a 8ª séries foi pelo Decreto CEE N° 1287/94/SED/CE/CVE, ratificado novamente pelo Ofício n° 36/96/NIVE/DIVE/SUAE/SED.

2.2 O Espaço Físico

O GE foi inaugurado em 1953 e contava com 4 salas de aula, uma secretaria, uma sala de direção, uma sala de professores, dois banheiros, sendo um feminino e outro masculino. Em entrevista realizada com a Irmã Sêrgia Worfart, esta relatou que, em 1958, os banheiros não funcionavam por falta de água encanada. Assim, as necessidades fisiológicas de alunos, professores e demais funcionários da escola eram realizadas numa *casinha* que se localizava bem próximo às salas de aula. A *casinha* contava com dois compartimentos,

sendo um para o sexo feminino e outro para o sexo masculino.

O GE tinha localização privilegiada, no centro da cidade, e se destacou pelo fato de representar uma nova organização escolar, com salas projetadas e destinadas a alunos, professores, diretores e secretários. Era um novo modelo de escola que surgia no município de Itaporã.

As salas de aula eram mistas, mas durante o recreio o pátio da escola se dividia, ficando a parte da frente da escola reservada para as meninas e os fundos para os meninos, pois não havia muros no GE. Ainda segundo os relatos da irmã SÉrgia Worfart, havia falta de salas de aula em número suficiente, chegando a ter 40 alunos por turma. A escola funcionava em regime de desdobramento, ou seja, havia uma turma de manhã e outra durante a tarde na mesma sala e, por vezes, em situações atribuladas, na escola chegavam a existir três turnos.

O número de salas de aula construídas para o GE foi insuficiente para atender a toda a clientela de alunos. Desta forma, existiam paralelas ao GE as escolas reunidas e as escolas rurais, que funcionavam muitas vezes na própria residência da professora. Esse tipo de escola é caracterizado por Faria Filho e Vidal (2000) como “escola do improvisado”.

O GE visava *civilizar e moralizar* as crianças. Sendo assim, o espaço físico escolar refletia esse objetivo. O modelo de sala de aula atendia aos princípios de racionalidade e funcionalidade. Toda a projeção da sala visava aos

estudos e tarefas escolares. As grandes janelas permitiam a entrada de luz e ar, itens necessários para um ambiente agradável e propício às práticas educacionais. A projeção retangular da sala visava à concentração dos alunos e também o olhar do professor sobre eles.

Além das salas de aula, havia outras subdivisões do espaço escolar: sala do diretor, secretaria, sala dos professores, banheiros, corredores. Fora dos edifícios, o pátio, a *casinha*, o jardim na frente da escola e o gramado (espaço utilizado pelos alunos e professores para práticas esportivas, haja vista que a escola não dispunha de quadra esportiva). A escola não dispunha de muros, havia então uma cerca de arame que servia para impedir a entrada de animais.

Na entrada da escola havia um portão principal por onde circulavam professores e diretores. Por ali era proibida a entrada dos alunos, que deveriam se dirigir a uma entrada lateral.

Na fachada da escola havia a pintura do mapa do Brasil, um dos símbolos utilizados para representar a ideia de unidade nacional. A escola também tinha seus próprios símbolos, como o sino de bronze, utilizado para sinalizar os tempos de entrada e saída das salas, o estandarte e as bandeiras: nacional, estadual e municipal, elementos utilizados nas comemorações cívicas.

A escola e a cidade em suas dimensões históricas representavam, sobretudo, a municipalidade, os estados, a nação que era pautada na cidadania,

civilidade, civismo, higienização e progresso. Assim, a elite política e econômica da cidade tratou de se mobilizar para levar a efeito o projeto de modernização a partir do ensino. As festas cívicas ou exposições escolares promovidas pelo município manifestavam acordos entre políticos, escola primária e o regime republicano, e deviam ser guiados pelos valores cívicos e patrióticos.

A escola, mesmo com seu caráter sério, era um espaço de lazer, de atividades lúdicas, brincadeiras e de crianças sorridentes. Segundo relatos de ex-alunos, as professoras do GE brincavam de queimada junto com seus alunos durante os recreios, fato esse que nos leva a identificar uma boa interação entre professores e alunos.

Considerações Finais

O Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, passou pela fase das Escolas Reunidas e alcançou a elevação a Grupo Escolar. Durante as análises, foi possível observar a importância desta instituição para a cidade de Itaporã. Neste sentido, foi uma instituição que contribuiu para a escolarização e construção cultural, sendo a escola a base propagadora da tão discursada modernidade.

Entretanto, através de um diálogo proposto entre a história da instituição e a sociedade, foi possível identificar os interesses políticos, religiosos e econômicos que interferiram diretamente no setor educacional itaporanense.

As discussões mostraram que a implantação da nova escola republicana universal - laica, gratuita, com modernos espaços, métodos pedagógicos e mobiliários didáticos -, representava algo inovador para o ensino e para a sociedade. Referenciando-se ao modelo de escola rural padrão do sul de Mato Grosso para o período, isso não aconteceu de maneira rápida e fácil, assim como imaginavam os governantes locais.

Nesse sentido, pudemos notar que não era uma tarefa simples colocar em prática todos os discursos, projetos e ideias dos republicanos sem considerar as nuances de um espaço a ser construído, como eram as colônias.

A análise sobre o Grupo permitiu enxergar os anseios dos poderes constituídos no sentido de incutir na sociedade os princípios republicanos, independentemente de suas particularidades. Nessa direção, os políticos e as camadas mais abastadas da sociedade discursavam para promover um projeto educacional que trouxesse o município à luz, à modernidade e ao progresso, visando retirar a sociedade do analfabetismo e da ignorância, estas entendidas como herança de um passado próximo. O Grupo Escolar Antônio João Ribeiro representou, naquele período, o ato principal de investida política para a formação do cidadão moderno e civilizado, com princípios cívicos, morais e patrióticos, ou seja, a formação do cidadão desejável ao Estado.

Em suma, a principal indagação que nos fez seguir a investigação refere-se ao processo

de institucionalização do ensino primário público em Itaporã, sul de Mato Grosso, por meio da criação e implantação do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. O objetivo foi verificar seu funcionamento, seus sujeitos, entre os anos de 1953 e 1974. Essa questão foi desdobrada em outras que esmiuçaram o Grupo Escolar em algumas de suas especificidades.

Por isso, esses questionamentos foram sendo discutidos e delineados desde a sua criação, em 1953, até o ano de sua extinção, 1974, dando espaço à nomenclatura de 1º Grau, como cumprimento da Lei nº 5692/71. Neste recorte, trouxemos a nossa escrita voltada à dinâmica relação Cidade-Escola, o que nos permitiu dialogar com a história da instituição, aqui representada pelo GE e a história do município de Itaporã. Destarte, em linhas gerais é possível afirmar que a escola cumpriu o papel de formadora social.

REFERÊNCIAS

- ARAKAKI, S. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados, MS: Editora UEMS, 2008.
- BRASIL. Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. *Lei Orgânica do Ensino Primário*. Disponível em: <<http://www.saleis.adv.br>>. Acesso em: 23 mai. 2008.
- BURKE, P. *Testemunha Ocular*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CARLI, M. A. F. *Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.
- CHARTIER, R. A. *História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. In: CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CORDEIRO, A. A. *A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos*. Campo Grande: Centro gráfico Ruy Barbosa, 2010.
- CORDEIRO, C. A. *Depoimento* (mar. 2014). Entrevistadora: Claudiani Rodelini. Itaporã - MS, 2014.
- FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas: Mercado de Letras, 2000, p.21-56.
- HOBBSAWM, E. J. *On history*. New York: New Press, 1997
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, nº 1 (jan/jun), 2001, p.9-43.

MATO GROSSO. *Decreto Estadual 1.927 de 1954*. Criação da Escola Reunida de Itaporã, 1954.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador do Estado de Matto-Grosso Fernando Corrêa da Costa*, por ocasião do início da Legislatura de 1955. Imprensa Oficial. Cuiabá, Arquivo Público de Mato Grosso, 1955.

MATO GROSSO. *Resolução para o Ensino Primário nº 19, 1972*. Arquivo Público de Mato Grosso, 1972.

O PROGRESSO. *Dourados - década de 1950*. Arquivo do jornal O Progresso de Dourados: 1953.

SOUZA, R. F. *Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SOUZA, R. F. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

Recebido em: 30 de junho de 2017
Revisões requeridas: 12 de julho de 2017
Aceito em: 10 de agosto de 2017

¹ “Lei Nº 65 de 28 de dezembro de 1953. O Prefeito Municipal de Dourados. Faça saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei. Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a requerer Mandado de Segurança contra o ato da Assembléia Legislativa do Estado que criou o Município de Itaporã” (CARLI, 2008, p. 171).

² Segundo Arakaki (2008), o jornal *O Progresso* é a terceira publicação noticiosa a circular em Dourados, em 1951. O periódico foi fundado, porém, em 1920, em Ponta Porã, pelo advogado José dos Passos Rangel Torres, pai do também advogado Weimar Gonçalves Torres, político tradicional da região Sul do estado, que herdou a publicação. *O Progresso* foi um dos primeiros jornais a circular na atual região de Mato Grosso do Sul e em Dourados. Isso acontece em 1951, quando passou a ser impresso na tipografia de Naurestides Brandão. De acordo com autora, a tipografia foi instalada na cidade, com a subvenção da Prefeitura. Em 1964, o periódico passou a circular diariamente na cidade de Dourados e região.

³ Alunos que conseguiam concluir essa etapa eram considerados aptos a lecionar na área rural, desde que se dispusesse residir na propriedade onde estava construída a escola. Quanto à estadia desses profissionais, essas ficavam sob responsabilidade do sitiante (CORDEIRO, 2010).

⁴ Pela Lei Orgânica do Ensino Normal, essa modalidade ficou subdividida em dois níveis. Em primeira instância estaria o curso de primeiro ciclo no qual seriam formados os regentes de ensino primário, tinha duração de quatro anos e funcionava em Escolas Normais Regionais. O segundo nível eram cursos de segundo ciclo, com duração de três anos e funcionariam em Escolas Normais (BRASIL, 1946).